

Pastore espera um compromisso

por Tom Comargo
de Londres

Se não conseguir todos os US\$ 6,5 bilhões que está tentando levantar no mercado internacional junto a bancos particulares, o Brasil se contentará com pelo menos US\$ 5,2 bilhões — 80% da requisição original —, como passaporte para a viabilização de seu novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ontem, em Londres, William Rhodes, o norte-americano do Citibank que preside o comitê assessor da dívida externa, disse a cerca de trezentos banqueiros de algo como duzentas instituições de dez países diferentes que até 14 de novembro — três dias antes da reunião da diretoria executiva do Fundo que analisará o intrincado caso brasileiro — precisará ter, por escrito, os US\$ 5,2 bilhões garantidos.

Isso foi dito aos participantes do encontro, realizado num teatro londrino e cercado de curiosas medi-

dadas pelo Lloyds Bank International, que funcionou como anfitrião, apesar de a conta ter sido paga pelo Banco Central do Brasil.

Para consumo externo, a versão oficial descarta qualquer arranjo que não compreenda não só todos os US\$ 6,5 bilhões como também o integral dos quatro outros pontos que o FMI considera condicionais para dar seu sinal verde. Isto é, a obtenção de US\$ 2,5 bilhões em créditos comerciais governo a governo, o refinanciamento de US\$ 5 bilhões vencíveis em 1984, a remontagem dos financiamentos comerciais privados na faixa dos US\$ 10,6 bilhões de dólares e a manutenção, agora por escrito, de linhas interbancárias no valor de US\$ 6 bilhões.

Isto mais o equacionamento de uma política salarial que passe pelo crivo do Fundo compõem o delicado conjunto de obstáculos que o País precisará superar nos próximos dias para se manter associado ao sistema financeiro internacional.

Arrebanhar os US\$ 6,5 bilhões, que é tarefa ingente, por envolver um total de 850 bancos de portes e interesses variados, parecerá empreitada ainda mais espinhosa quando se anuncia que o negócio poderá ser fechado com abatimento.

No entanto, se os US\$ 6,5 bilhões não se concretizarem, não será possível conseguir a antecipação de um saque de US\$ 3 bilhões sobre este total, uma reavindicação brasileira destinada a fazer uma base capaz de liquidar os atuais atrasados comerciais e financeiros, cravados em cerca de US\$ 2,5 bilhões de dólares. Em outras palavras, com os US\$ 5,2 bilhões seria possível montar um fluxo de recursos satisfatório para as necessidades mais imediatas, mas alguns credores — provavelmente os mesmos que deixaram de levar de novo a mão ao bolso — continuariam a esperar pela quitação de seus créditos.

Se ontem o resultado final foi computado como otimista, há contudo ainda vários escolhos pelo caminho.

Os US\$ 2,5 bilhões de créditos governamentais ainda não foram divididos país a país, apesar de o Grupo dos 10 já se ter reunido em Washington, durante a assembleia do Fundo, para tratar do assunto.

Quanto aos ressuscitados projetos 3 e 4 da fase 1 — financiamentos comerciais e linhas interbancárias —, vários banqueiros manifestaram dúvidas quanto à data fixada para definir as responsabilidades individuais (posições em 30 de junho de 1983) e quanto ao solicitado comprometimento por escrito para cada participação.

Na reunião de ontem, o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, teve coadjuvantes de peso, com os quais pôde dividir a carga de explicar a atual situação brasileira.

(Continua na página 12)

Gerentes de agências

Pastore espera um

19 OUT 1983

cred. externo

por Tom Camargo
de Londres

(Continuação da 1ª página)

Pastore, que foi o primeiro a falar, recompôs as origens da atual crise, reafirmou a decisão de levar adiante o programa definido com o Fundo ("a nova política salarial será aprovada pelo governo mediante uma composição com a oposição") e relacionou os diversos indicadores que justificam o pacote em discussão.

Previu equilíbrio nas contas correntes do balanço de pagamentos em 1988 e desqualificou as dívidas quanto à salubridade do perfil da dívida externa brasileira, observando que a ampliação dos prazos de carência para cinco anos e

a extensão para nove anos para o pagamento do principal teriam evitado uma superposição de desembolsos nos próximos quatro anos.

William Dale, o segundo homem do FMI e permanentemente companheiro de Pastore nessa jornada de mais de quinze dias por mais de seis países, fez uma candente defesa do programa brasileiro, classificando-o como "o mais importante do mundo, seja porque se trata da maior dívida, seja porque se trata do maior país com problemas".

Dale assegurou que agora o FMI e o governo brasileiro possuem um sistema veloz de verificação do desempenho da economia, capaz de monitorar mês a mês os principais indicadores. Evitar-se-ia, dessa forma, que desvios eventuais, como os detectados em maio último, fossem levantados em cima da hora, atrasando a tomada de medidas corretivas.

Afirmou ainda que o programa "é duro mas executável" e que os ministros econômicos "têm completo suporte do presidente para implementá-lo".

Dale foi secundado por A. Loehnls, diretor-executivo do Banco da Inglaterra (banco central), que instou os bancos a "cumprirem sua parte", dizendo que o que foi planejado é realista e passível de ser acompanhado de forma estritamente técnica. "Espero que seja dada à proposta a mais cuidadosa consideração e que isto leve ao apoio do pacote."

Esta fala foi especialmente importante. Apesar de ontem o governo britânico ter desmentido oficialmente, através do Foreign Office, o noticiário de que o governo Thatcher ficará de fora do empréstimo de US\$ 2,5 bilhões a ser fornecido

por agências governamentais de financiamento a exportações, toma-se como procedente a hipótese de que haveria um endurecimento com o Brasil nessa rubrica. Ele seria explicado por uma questão política, qual seja, pelo desejo britânico de obter concessões brasileiras no caso da aterrissagem dos aviões que demandam as ilhas Falklands.

"Este é o exemplo que os britânicos estão dando", comentou um banqueiro norueguês. "Como poderá agora o Banco da Inglaterra fazer pressão sobre bancos que não queiram entrar nos 6,5 bilhões do dinheiro novo?"

Hoje, em Zurique, Pastore termina sua travessia. Apresentou nessas últimas duas semanas o caso brasileiro, amparado por uma bateria de dados abrigados no conhecido programa de ajustamento interno e externo preparado pelo BC, um calhamaço com 80 páginas e uma multidão de quadros e tabelas. Valeu-se também de uma trínca de documentos que detalha a chamada "fase 2 da negociação da dívida externa".

Eles englobam desde um telex do diretor-executivo do Fundo a todos os envolvidos com o Brasil — "não posso solicitar à diretoria executiva do Fundo a aprovação para um programa que não seja adequadamente financiado" — até modelos das comunicações de adesão a cada um dos participantes — financiamentos, passando pelos detalhes de praxe sobre taxas, documentação, etc.

Coube assim a Pastore, nesse périplo — e ele o fez em Londres de forma competente e até com certo toque de impaciência profissional —, esclarecer por via oral o que ficara obscuro por escrito.

Para o BIS, a oferta de empréstimos aumentará

por Peter Montagnon
do Financial Times

Os países em desenvolvimento poderão obter dos bancos internacionais US\$ 20 bilhões em novos empréstimos, necessários para cobrir o déficit no balanço de pagamentos do presente ano, segundo estatísticas divulgadas ontem pelo Banco para Compensações Internacionais (BIS).

A instituição apresenta esta perspectiva um pouco encorajadora sobre a crise da dívida dos países em desenvolvimento em um comentário que acompanha os dados sobre empréstimos internacionais no segundo trimestre do ano. Durante o período, os países em desenvolvimento elevaram seus empréstimos dos bancos, apesar da estagnação nos créditos.

As atuais conclusões do BIS diferem de sua posição de três meses atrás, quando advertiu que mesmo alguns países industrializados poderiam ter dificuldade

des para cobrir as necessidades financeiras em 1983.

Apesar disso, seus dados demonstraram um acentuado declínio nos empréstimos dos bancos internacionais, no segundo trimestre: o crescimento foi apenas de US\$ 6 bilhões. O BIS ressaltou que esta é a primeira vez, desde que iniciou a coleta de dados trimestrais, em 1963, que praticamente não se registrou nenhum aumento.